Texto de Apoio: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ENERGÉTICO

Para uma abordagem mais robusta do DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ENERGÉTICO, é essencial integrar ao conhecimento dos profissionais algumas referências cruciais, como a Agenda 2030 (ONU, 2015), a Carta Brasileira de Cidades Inteligentes (Brasil, 2021), o Índice de Progresso Social Brasil 2024 (IPS Brasil, 2024) e o documento Tendências para as Cidades (FNP, 2024). Essas fontes oferecem diretrizes e métricas importantes para a transição para um sistema energético mais sustentável e inclusivo.

O desenvolvimento energético sustentável é vital para reduzir as emissões nas cidades e promover a eficiência energética, de acordo com os objetivos estabelecidos pela Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU, 2015). Este documento global enfatiza a necessidade urgente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e combater as mudanças climáticas através do uso de energias renováveis e soluções inovadoras. A promoção da independência energética por meio de fontes renováveis é uma das metas chave para atingir um desenvolvimento sustentável, onde a resiliência das cidades pode ser melhorada ao diversificar suas fontes de energia.

Somado a essa visão, a Carta Brasileira de Cidades Inteligentes (Brasil, 2021) também se apresenta como um guia estratégico para o desenvolvimento urbano no Brasil, destacando a importância de integrar fontes de energia renovável nas infraestruturas urbanas. Este documento sublinha que a engenharia, a agronomia e as geociências são fundamentais para implementar soluções energéticas inovadoras e eficientes que não apenas mitigam as mudanças climáticas, mas também garantem a segurança energética. A carta incentiva o uso de tecnologias digitais para otimizar a gestão de recursos energéticos, promovendo assim cidades mais inteligentes e sustentáveis.

Já o Índice de Progresso Social Brasil 2024 (IPS Brasil, 2024) oferece uma perspectiva única sobre como o acesso à energia limpa e acessível está diretamente ligado ao progresso social. Este índice mede a qualidade de vida em várias dimensões, incluindo a sustentabilidade ambiental, e destaca a disparidade no acesso a recursos energéticos entre diferentes regiões do Brasil. O IPS reflete que a equidade no acesso à energia é essencial para o desenvolvimento econômico e social, um princípio que está alinhado com os objetivos da Agenda 2030 (ONU, 2015).

Assim, para atingir uma redução da dependência de combustíveis fósseis, as cidades devem investir em infraestruturas que suportem energias renováveis, como solar e eólica. A diversificação das fontes de energia melhora a resiliência urbana, permitindo que as cidades se adaptem melhor a desastres naturais e interrupções no fornecimento de energia. A Carta Brasileira de Cidades Inteligentes (Brasil, 2021) apoia esta abordagem, incentivando a adoção de práticas que promovam a sustentabilidade energética.

A eficiência energética é outro pilar fundamental no desenvolvimento energético sustentável. A Agenda 2030 (ONU, 2015) destaca a necessidade de melhorar a eficiência no uso de energia em todos os setores como uma maneira de reduzir as emissões e os custos associados. Tecnologias inovadoras, como edifícios inteligentes e sistemas de iluminação eficientes, são meios eficazes de

atingir esses objetivos. Tais inovações não apenas diminuem o consumo de energia, mas também reduzem os custos operacionais e melhoram o conforto dos habitantes urbanos.

O documento Tendências para as Cidades (FNP, 2024), elaborado pela Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos, reforça a importância de integrar políticas públicas que promovam a sustentabilidade energética. Ele sugere que a colaboração entre diferentes níveis de governo e o setor privado é essencial para implementar soluções inovadoras e eficazes. O documento também destaca a necessidade de estratégias de longo prazo que considerem o impacto das mudanças climáticas e a crescente urbanização, promovendo práticas de construção ecológica e a adoção de tecnologias que melhorem a eficiência energética e a gestão de recursos. Além disso, o documento enfatiza a necessidade de criar um ambiente propício para a inovação e o desenvolvimento sustentável para alavancar recursos e expertise para melhorar a infraestrutura urbana.

Portanto, os profissionais do Sistema Confea/Crea/Mútua têm um papel crucial nessa transição, colaborando com legisladores e comunidades para identificar as melhores práticas e tecnologias que atendam às necessidades locais. A Carta Brasileira de Cidades Inteligentes (Brasil, 2021) destaca a importância de envolver todos no planejamento urbano, garantindo que as soluções energéticas sejam não apenas tecnicamente viáveis, mas também socialmente equitativas e economicamente sustentáveis.

Essa contribuição resultará em políticas públicas que irão desempenhar um papel fundamental no suporte a iniciativas transformadoras. Créditos fiscais e regulamentações que incentivam a adoção de tecnologias sustentáveis são essenciais para facilitar a transição para um sistema energético mais limpo. O Índice de Progresso Social Brasil 2024 (IPS Brasil, 2024) pode servir como uma ferramenta valiosa para medir o impacto dessas políticas, fornecendo dados que podem ser usados para ajustar e melhorar as estratégias de desenvolvimento energético.

Em conclusão, o desenvolvimento energético sustentável é um componente crítico na agenda global de mitigação das mudanças climáticas e promoção de cidades resilientes. Com o suporte de documentos orientadores como a Agenda 2030 (ONU, 2015), a Carta Brasileira de Cidades Inteligentes (Brasil, 2021), o Índice de Progresso Social Brasil 2024 (IPS Brasil, 2024) e o documento Tendências para as Cidades (FNP, 2024), os profissionais do Sistema Confea/ Crea/ Mútua têm à disposição uma estrutura robusta para auxiliar em propostas de implementação de soluções energéticas que são não apenas eficientes, mas também equitativas e sustentáveis. Ao construir propostas que envolvam o exercício das profissões e adotar uma abordagem integrada, que inclui a promoção de energias renováveis, eficiência energética e políticas de apoio, podemos alcançar um progresso significativo na redução da pegada de carbono das cidades e na promoção de um futuro mais sustentável.

Referências (acesse para a leitura completa)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, Estados Unidos, 2015. Disponível em https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentável

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. Versão Resumida. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2021

IPS BRASIL. Índice de Progresso Social. Qualidade de vida nos 5.570 municípios do Brasil. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2024.

Frente Nacional de Prefeitos e Prefeitas - FNP. Tendências para as Cidades. Brasília, Brasil, 2024. Disponível em https://multimidia.fnp.org.br/biblioteca/documentos/item/1224-projeto-editorial-dotendencias-para-as-cidades

Nota: Texto adaptado do material de apoio CEP/CREA-PR . Resumo gerado com IA a partir do conteúdo existente nos quatro textos referenciais do 12 CNP.